

A luta dos secundaristas

Estudantes buscam apoio do governo contra valor das mensalidades e restrição aos grêmios

Luciana Crespo

A Ames e os representantes de grêmios de escolas particulares vão manter hoje, às 15h, um encontro com assessores do governador Moreira Franco. Os estudantes apresentarão suas queixas para uma possível intermediação do governo junto às escolas pagas. Os principais problemas são o alto preço das mensalidades, as taxas extras e as restrições à atuação e mesmo a existência dos grêmios. Às 11h, a Ames faz assembleia geral na Uerj para discutir a greve dos professores do Estado e depois faz passeata da Candelária à Cinelândia.

“O setor privado do ensino não respeita nada nem ninguém, é empresa para ter lucro”, diz o presidente da Ames, Carlos André Matos Silva, acusando as escolas pagas de fazerem o “comércio escolar”. Segundo o dirigente estudantil, as escolas pagas englobam 75% das vagas no ensino secundário e “têm um lucro acumulado comparável ao das empresas de ônibus”.

O diretor de imprensa da Ames, Sérgio Ricardo Coimbra Novaes, afirma que, “apesar da maioria das escolas seguirem o congelamento”, as particulares aumentaram “e muito” as mensalidades antes do Plano Verão. O presidente da Ames, Carlos André, acusa algumas escolas de estarem “inventando taxas”, como no caso da GPI, que está cobrando a correção de provas, a NCZ\$ 1,00 por prova.

O vice-presidente zonal Sul, Guilherme Marques, denunciou a proibição do grêmio pelo Colégio Rio de Janeiro, apesar da Lei do Grêmio Livre, federal, de 1985. “Os estudantes perderam a sala do grêmio, o mural, e a direção está ameaçando quatro alunos de expulsão”, acusa Guilherme. Depois de uma manifestação pela “liberdade de organização e de expressão”, sete alunos foram suspensos “e estão sendo também ameaçados de expulsão”. Estas questões deverão ser levadas ao governo, bem como a preocupação com a campanha salarial dos professores das escolas particulares, que pretendem repassar o índice de aumento para as mensalidades.

A secretária de Educação e Cultura, Fátima Cunha, disse estar pronta para receber os secundaristas, “ouvir suas queixas e reivindicações”, como já fez antes, e explicar-lhes seu “empenho em defesa do ensino público”.

Adriana Lorete



Guilherme: grêmio livre

Principal força

A Convergência Socialista, uma corrente do Partido dos Trabalhadores, fundada em março de 1974, é a principal força no movimento secundarista. Acha que o Brasil vive uma situação revolucionária, de avanço da classe trabalhadora, e é contra a Perestroika, movimento de transformação na sociedade soviética.

O secretário-geral do Sindicato dos Bancários, Júlio César da Costa, militante da Convergência, que não divulga o número de seus militantes, diz que a organização defende “os interesses dos trabalhadores na luta pelo socialismo”.

“Fora governo Sarney”, “Abaixo o Plano Verão”, “Não pagamento da dívida externa”, “Ruptura dos acordos com o FMI”, “Todo o apoio à unificação das lutas por uma nova greve geral” e “Lula presidente”, são as principais palavras de ordem da Convergência. Júlio César Costa resume, assim, o ponto de vista da organização sobre algumas questões:

Democracia — É a democracia operária, ou seja: que os trabalhadores decidam e governem o país.

Educação — Uma crise generalizada, provocada pela política do governo, pelos cortes de verbas para educação, pela privatização das universidades brasileiras, pela política de colocar o ensino a serviço dos interesses dos grandes empresários nacionais e internacionais e não a serviço das soluções dos principais problemas dos trabalhadores.

Eleição presidencial — Lula para presidente, contra todos os candidatos patronais, inclusive Brizola, seja no 1º ou no 2º turno.

União Soviética — Defesa da União Soviética contra ataques do imperialismo e apoio à luta dos trabalhadores soviéticos por melhores condições de vida. Contra a Perestroika, que abre as portas do estado operário para a entrada do capital internacional.

Etapas da revolução brasileira — A situação é de ofensiva dos trabalhadores em relação ao governo e à burguesia. Isto é uma situação revolucionária. (Tim Lopes)



Carlos André Matos Silva, 18 anos, presidente da Ames: secundaristas levam às ruas a insatisfação com o ensino

Congresso da Ames em 85 foi decisivo

Pelo menos numa coisa, os líderes estudantis concordam: o congresso da Associação Metropolitana (hoje Municipal) dos Estudantes Secundaristas (Ames) em outubro de 1985 marcou a revitalização do movimento secundarista. A disputa para retirar da direção a corrente liderada pelo MR-8 em aliança com a UJS (União das Juventudes Socialistas, do PC do B) uniu todas as demais tendências, que partiram de um trabalho de reconstrução dos grêmios, dos quais a entidade estava afastada. Vitoriosa a oposição no congresso, o MR-8 fundou outra Ames que logo se dissolveu. E a nova direção tratou de arrumar a casa.

O ano de 86 começou com a campanha da meia-passageira. Mas o atual presidente da Ames, Carlos André Matos Silva, de 18 anos, que começava na época sua militância, reconhece que “o que mobilizava na época não era a meia-passageira em si, mas toda a insatisfação com o ensino”. A entidade começava a “aglutinar em torno de si os grêmios que surgiam espontaneamente”. O movimento se compunha, basicamente, de grêmios das escolas públicas e, durante todo o ano, houve pequenas passeatas pela meia-passageira.

Em 87, a campanha voltou com força e os estudantes chegaram a invadir a Prefeitura. O prefeito Roberto Saturnino sancionou lei concedendo a meia-passageira, que os empresários de ônibus barraram na Justiça. Outras bandeiras, como eleições diretas para diretor nas escolas, surgiram no movimento,

ainda, basicamente, de escolas públicas, onde crescia a insatisfação.

Reviravoltas — Quando começou 88, as escolas particulares é que se levantaram contra as mensalidades, pegando a própria Ames de surpresa. Os grêmios de escolas pagas, muitas vezes até clandestinos devido às ameaças de expulsão dos seus dirigentes, levaram as reivindicações para as ruas num movimento “organizado pelos independentes”, como admite o diretor da Ames Marcelo Rodrigues Borges Pimentel, de 20 anos, o Dez, explicando que, com a própria experiência de luta, os estudantes de escolas pagas resolveram se juntar à Ames.

Foi o ano das grandes passeatas. “As escolas se mobilizavam mesmo sem a Ames e até mesmo sem ter grêmios”, diz Elen Nascimento, de 17 anos, diretora da Ames. “O movimento estourou de baixo para cima e chegou a colocar 10 mil estudantes na rua”, conta ela. O movimento ocupou as ruas por todo o primeiro semestre, incluindo as escolas federais, que são profissionalizantes mas tinham falta de professores para as matérias específicas: “Aliás, está faltando até hoje”, diz a estudante do Pedro II do Centro.

O movimento das escolas pagas trouxe algo de novo, que contribuiu muito para a atual organização: os Conselhos Zonais, que congregam os grêmios por bairros e pelas zonas da cidade, o que facilita a mobilização para as manifestações. No segundo semestre de 88, o movimento refluía às escolas para organizar estes conselhos e os próprios grêmios, inexistentes em algumas que participaram do movimento.

Em 1989, nova reviravolta. Os estudantes das escolas públicas, pressionados pela possibilidade de mais uma greve dos professores, vão à rua para pressio-

nar o governo. “A única forma de não se ter uma greve muito longa é mobilizar todo mundo, estudantes, pais e comunidade, para apoiar os professores”, diz o presidente da Ames, Carlos André.

A greve do ano passado não foi igual às outras para o estudante. “Antes era uma espécie de férias”, avalia Elen Nascimento. “Mas, com greves prolongadas, o estudante começa a ficar preocupado com o final do ano, com a formatura, e chega a ter raiva dos professores. Este ano, porém, o estudante viu que não adianta ter raiva, que tudo faz parte do mesmo descaso pela educação”, explica a diretora da Ames.

Reivindicações — A mesma palavra — descaso — é utilizada pela ex-diretora da Ames Neyla Vaserstein, de 19 anos, para explicar a revolta do estudante. “O movimento tende a crescer porque todo mundo está sentindo na carne mesmo.” O presidente da Ames descreve a situação de forma similar: “A decadência das escolas públicas é gritante.” E o diretor da Ames Sérgio Ricardo Coimbra Novaes, de 16 anos, resume: “Passou do limite do suportável.” Os dois acusam a política de contenção de gastos públicos “à custa dos serviços essenciais para a população”.

Faltam água, professores e segurança; o ventilador cai, o reboco do teto cai e até o próprio teto. Para sair da rua e voltar às aulas, é preciso, segundo os estudantes, que haja uma escola para recebê-los. E as reivindicações são: atendimento imediato às reivindicações dos professores; eleições diretas para diretor; verbas imediatas para a escola pública; ensino público de qualidade e fim da repressão. Segundo a Ames, os estudantes vão ficar nas ruas até que estas questões sejam atendidas e a previsão é de que as escolas pagas também devem voltar à luta. (L.C.)

Alunos querem mesmo é um ensino sério

Sala de aula com goteiras, falta de professores, que deixa cursos inteiros incompletos, greve que pára o ensino por dois, três meses. Estas são questões objetivas, que inquietam escolas inteiras, assustadas pela falência da educação, comprovada pelos fracassos nos novos vestibulares, mais rigorosos.

Tudo isso mobiliza mais efetivamente que qualquer discurso radical. A preocupação dos líderes pode ser resumida em dois tópicos: organizar as manifestações espontâneas em um movimento unificado; e ligar a revolta com as questões específicas à chamada *questão geral*, como as eleições presidenciais e as lutas dos trabalhadores.

Mas, até o momento, vai para a rua quem quer meia-passageira, quem quer mensalidades razoáveis, quem quer professor em sala de aula e reforma na escola. Todo mundo reconhece, no entanto, que a politização aumentou. Não é mais a época da *geração AI-5*: nascidos sob a repressão, os estudantes de hoje passaram da infância à adolescência convivendo com as bandeiras verdes e amarelas da campanha das diretas.

É claro que a vanguarda é formada por militantes de partidos políticos de esquerda, mas estas correntes aprenderam a dividir o espaço e a priorizar as questões específicas do movimento — sob pena de ficar pregando no deserto. Os estudantes voltam às ruas, sabendo muito bem o que querem: acesso às escolas, ensino de qualidade, enfim, um passaporte para a cidadania. (L.C.)

De 1953 a 1989

Carlos Alberto Muniz, 45 anos, engenheiro, atual presidente da Feema, ex-presidente do grêmio do Pedro II da Zona Norte (60/61) e da associação de alunos dos colégios Pedro II (62/63):

“Os grêmios, na minha época, tinham uma atividade associativa muito intensa. Os diretores de grêmio tinham que ter uma atividade muito ampla: desde organizar uma greve quando fosse preciso, até encerrar o chão para uma festa. Fizemos uma greve em 1961 pelo campeonato de futebol que a direção queria proibir, dizendo que o horário se chocava com o da escola. O fim do campeonato foi interpretado como uma tentativa de acabar com o grêmio e fizemos greve total.

Com as atividades associativas, esportivas, culturais, conseguimos abarcar todo o universo dos interesses dos estudantes. No Pedro II, tínhamos dois mil e poucos estudantes e chegamos a ter dois mil associados. Até hoje, toda quarta-feira do mês, os estudantes daquela época se reúnem no Faisano para beber um chopinho, pelo menos 30 pessoas.

A redemocratização do país é um estímulo muito grande para o movimento secundarista, acoplado ao direito de voto aos 16 anos. Começa um entrosamento maior com os professores e a remontagem dos grêmios. Mas acho que eleger diretor de escola é uma grande confusão, ele deve ser indicado pelo governo, porque na hora H quem põe a verba na escola é o orçamento do estado. Esta derivação ‘democrática’ é demagógica porque dilui os confrontos. É preciso repensar e ver se isso é uma conquista verdadeira. Acho também que os grêmios hoje devem estar abertos a outras questões: esportes, participação da mulher, meio ambiente.”



Muniz

Alfredo Sirkis, 38 anos, vereador pelo PV, vice-presidente da Ames em 67/68:

“Há diferenças muito grandes entre a minha época e a atual — em 68, a repressão era muito violenta. De dezenas de passeatas naquele ano, só três foram realizadas sem repressão: a do enterro do Edson Luis, a dos Cem Mil e a dos Cinquenta Mil. A questão fundamental era a luta contra a ditadura militar. O movimento era extremamente radicalizado. Eu fazia parte da Comsec (Comissão Secundarista), indiretamente ligada à VAR-Palmares e à VPR, e ligada, no movimento universitário, à corrente liderada por Vladimir Palmeira e Franklin Martins (Dissidência, depois MR-8). Havia também os *tigres*, aliança do PC do B com a AP, e a Fucc — Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, ligada ao PCB.

O movimento secundarista naquela época atuava muito junto com o movimento universitário, por causa do contexto político. A radicalização era muito grande. O meu colégio, o Aplicação da UFRJ, tinha 350 alunos e seguramente mais de 100 foram ‘para a subversão’, como se dizia na época, embora eu reconheça que era um caso à parte, pois foi muito mais que nos outros. Em 69, já clandestina, a Comsec, com a repressão mais intensa, vai para a VPR.

O contexto de maiores liberdades democráticas hoje faz a diferença. Podendo atuar na legalidade, a tendência é não se radicalizar da mesma forma. O movimento pode travar uma discussão mais efetiva sobre o ensino, a qualidade da escola pública; pode se politizar de forma mais sadia, menos problematizada. A função possível do movimento secundarista hoje é a de formar cidadãos e eleitores conscientes. Em 68, ele formou futuros guerrilheiros e/ou presos e exilados.”



Sirkis

Carlos Alberto Wanderley, 54 anos, jornalista, sócio da Multivideo, presidente da Ames em 1953:

“A grande diferença entre o movimento de ontem e o de hoje é que a motivação era outra. Era uma tremenda aventura, diferente de hoje, quando não há risco algum. Apesar de a entidade ser legal, enfrentávamos grandes riscos pessoais. Além disso, havia a questão do aumento das mensalidades e as teses políticas. Éramos muito *palavras-de-ordem*, muito emocionais.

Não havia muitos lados: era o PCB ou o que chamávamos de *policia*, o pessoal do Ministério da Educação. Não havia muitas escolas secundárias públicas, mas grandes escolas particulares: Rui Barbosa e Carvalho de Mendonça, no Centro; Arte e Instrução, em Madureira; Vera Cruz, Rabelo e Lafayette na Tijuca. As reivindicações eram contra o aumento das mensalidades e a favor de meia entrada no cinema, de mais verbas para a educação, de mais vagas para a universidade.

Hoje é muito melhor, mais sadio. O movimento é menos heróico e mais racional, mais educativo. Hoje há *n* lados, os jovens têm a possibilidade de pensar, são desafiados a pensar e fazer suas próprias escolhas. Escolhem as teses que querem e fazem seu próprio *blend*, sua própria mistura. Por causa disso, a Ames tem que ser uma entidade de estudos de problemas. E tem que ser pluralista.”